



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 411, DE 2023

(Da Sra. Any Ortiz)

Susta os efeitos da Portaria MTE nº 3.665 de 13 de novembro de 2023 do Ministério do Trabalho e Emprego aos seus efeitos replicados na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PDL-405/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____ DE 2023
(Da Sra. Any Ortiz)

Susta os efeitos da Portaria MTE nº 3.665 de 13 de novembro de 2023 do Ministério do Trabalho e Emprego aos seus efeitos replicados na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Este decreto susta, nos termos do art. 49, inciso V e X, da Constituição Federal de 1988, a Portaria MTE nº 3.665 de 2023, do Ministério do Trabalho e Emprego e os seus efeitos replicados na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, que trata da autorização permanente para o trabalho aos domingos e feriados.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO

A Portaria MTE nº 3.665 de 2023 condiciona a aplicação da restrição do funcionamento do mercado varejista, no qual, implica à dificuldade de seu funcionamento nos domingos e feriados, direcionando a economia do país na contramão do epílogo. Vislumbrando ainda, a portaria 3.665/23 reacende o art. 6-A, da lei 10.101/00, onde apenas permite o trabalho em feriados nas atividades do comércio em geral, **desde que autorizado em convenção coletiva de trabalho e observada a legislação municipal**, nos termos a seguir:

Art. 6º-A. É permitido o trabalho em feriados nas atividades do comércio em geral, desde que autorizado em convenção coletiva de trabalho e observada a legislação municipal, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição.

A nova regra assinada pelo Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, altera o item II - Comércio, do Anexo IV, da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, no qual autorizava de forma permanente o trabalho aos domingos e feriados para diversos setores.

Com a devida portaria publicada, setores do comércio e dos serviços só poderão funcionar aos domingos e feriados se houver





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal **ANY ORTIZ (CIDADANIA-RS)**

uma autorização em convenção coletiva de trabalho e observando a legislação municipal. A publicação pontua 12 setores a serem afetados pela norma, sendo eles:

- 1) varejistas de peixe;**
- 2) varejistas de carnes frescas e caça;**
- 3) varejistas de frutas e verduras;**
- 4) varejistas de aves e ovos;**
- 5) varejistas de produtos farmacêuticos (farmácias, inclusive manipulação de receituário);**
- 6) comércio de artigos regionais nas estâncias hidrominerais;**
- 7) comércio em portos, aeroportos, estradas, estações rodoviárias e ferroviárias;**
- 8) comércio em hotéis;**
- 9) comércio em geral;**
- 10) atacadistas e distribuidores de produtos industrializados;**
- 11) revendedores de tratores, caminhões, automóveis e veículos similares; e**
- 12) comércio varejista em geral.**

Com a nova regra do governo, instaura-se um cerco à manutenção e criação de empregos, visando e temendo pela evidente redução a atividade econômica, podendo levar ao fechamento de postos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal **ANY ORTIZ (CIDADANIA-RS)**

de trabalho, principalmente no setor supermercadistas, onde estes empregam mais de 3 milhões de pessoas.

Contudo, o momento atual exige que a economia tenha cada vez mais forças e incentivos para que possa se reerguer e crescer cada vez mais. Com a portaria do MTE protocolada, toda a prospecção econômica tende a decair, criando uma série de problemas e dificuldades a serem enfrentadas pelos 12 setores afetados por esta alteração.

Portanto, a sustação desta norma é fundamental para garantir que a economia continue a crescer e se fortalecer com a geração de empregos, movimentando o mercado e fazendo a máquina pública girar, respeitando os direitos dos contribuintes e evitando arbitrariedades por parte do empregador e empregados. Portanto, é de grande importância que o Congresso Nacional aprove o Projeto de Decreto Legislativo em questão para garantir que a justiça econômica seja feita e o trabalhador respeitado.

Sala das Sessões, em de novembro, de 2023.

Any Ortiz
Deputada Federal
Cidadania/RS



Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados - Anexo IV – Gabinete: 810
Brasília/DF – CEP: 70.160-900 – Telefone: (61) 3215-5810 | (61) 3215-3810
E-mail: dep.anyortiz@camara.leg.br



FIM DO DOCUMENTO